Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na edição de 18 de novembro do jornal *Estado de Minas*, o advogado tributarista Sacha Calmon escreveu importantes considerações acerca da política externa brasileira.

Calmon afirma que:

> *A linha tradicional do Itamaraty tem sido de não intervenção em assuntos internos de outros países e, por isso mesmo, é de diplomacia comercial sem viés ideológico, privilegiando o lado prático da política exterior de que precisamos.*

A postura adotada pelo Itamaraty reveste-se de grande importância no momento conflituoso que todo o mundo está atravessando. Há que se ressaltar, ainda, a importância do comércio exterior para a economia brasileira. É essa a preocupação central de Calmon em seu texto, que quero reverberar neste pronunciamento.

Diz o autor que *"É preciso não misturar a história das religiões com as questões de geopolítica e as projeções econômicas e comerciais do século XXI ".* Isso porque o Presidente eleito Jair Bolsonaro deu declarações de alinhamento aos Estados Unidos e a Israel que podem acabar sendo prejudiciais para nosso País.

Os países muçulmanos, afinal, estão entre os principais parceiros comerciais do Brasil. E, não custa lembrar, vivemos em um País laico que, nas relações externas, precisa se guiar pelo pragmatismo.

Na política externa, toda declaração tem consequências. Ao dizer que vai transferir a embaixada brasileira para Jerusalém, o Presidente eleito deve estar atento às consequências de tal ato para o papel do Brasil no mundo, para a economia nacional e para as necessidades dos exportadores brasileiros.

Citando Demétrio Magnoli, Sacha Calmon afirma que gestos como esse podem gerar danos diplomáticos reais ao Brasil frente à comunidade internacional, além de prejuízos para nossas relações econômicas com os

países árabes.

É um risco grave para um País como o nosso, que tem a vantagem de contar, entre os países do Oriente Médio, com uma percepção muito mais positiva do que outras nações ocidentais. É preocupante também demonstrar hostilidade a países que são importantes parceiros comerciais.

Lembro aqui que a China é o maior parceiro comercial do Brasil, e o bloco dos países árabes ocupa a quarta posição nesse *ranking*. Em relação a esses países, a posição brasileira deve ser estratégica e pragmática.

Mais uma vez recorrendo ao texto de Calmon:

> *Os recursos financeiros dos países árabes ricos, especialmente da Arábia Saudita e dos Emirados, são intensamente disputados pelos fundos financeiros internacionais da Europa e Ásia. Não haverá de ser por motivos religiosos, ou por causa de conflitos que não nos interessam como Nação (diferentemente dos EUA, ou França, ou o Reino Unido), que haveremos de nos afastar dos negócios com o mundo muçulmano.*

É evidente que, na América do Sul, o papel do Brasil é outro. Como afirma Sacha Calmon em seu texto, no continente ocupamos por destino histórico uma posição de liderança. Aqui, sim, é dever do Brasil não descurar da dimensão ideológica, combater a eventual emergência de ideias socialistas e agir pela reconstrução da democracia venezuelana.

Mas, em relação a nações como a China, os EUA, os países árabes e aqueles que compõem o BRICS, por exemplo, a política externa brasileira deve manter a linha tradicional do Itamaraty. O que nos beneficia é a não intervenção em assuntos internos e a diplomacia comercial sem viés ideológico.

Muito obrigado.